

Questões da Nossa Época
Volume 6

Emília Ferreiro

REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferreiro, Emília

Reflexões sobre alfabetização / Emília Ferreiro. -- 26. ed.
— São Paulo : Cortez, 2011. — (Coleção questões da nossa época ; v. 6)

Vários tradutores

Bibliografia

ISBN 978-85-249-1587-1

1. Alfabetização 2. Alfabetização - Métodos 3. Leitura I.
Título. II. Série.

10-02896

CDD-372.414

26ª edição
3ª reimpressão

Índices para catálogo sistemático:

1. Alfabetização : Métodos e técnicas : Ensino fundamental 372.414
2. Alfabetização : Processos : Ensino fundamental 372.414
3. Aprendizagem de leitura : Método e técnicas : Ensino fundamental 372.414
4. Metodologia : Alfabetização : Ensino fundamental 372.414

CORTEZ
EDITORIA

tal ou qual regra de correspondência sonora, tal ou qual escrita isolada. Seu problema é compreender a *natureza* do sistema de escrita que a sociedade lhes oferece. Para compreendê-lo enquanto sistema estão obrigadas a reconstruí-lo internamente, em vez de recebê-lo como um conhecimento pré-elaborado.

O espaço da leitura e da escrita na educação pré-escolar*

As discussões a respeito do momento em que deve começar o ensino da leitura e da escrita parecem eternas. A pergunta "deve-se ou não ensinar a ler e a escrever na pré-escola?" é uma pergunta reiterada e insistente. Tenho sustentado, e continuo sustentando, que essa é uma pergunta mal colocada, que não pode ser respondida afirmativa ou negativamente antes de serem discutidos os pressupostos nos quais se baseia.

Esta pergunta, assim proposta, tem como base um pressuposto: são os adultos aqueles que decidem quando e como vai ser iniciado esse aprendizado.

Quando a resposta a essa pergunta é negativa, e dessa forma decide-se que só no primário deve-se ensinar a ler e a escrever, vemos as salas da pré-escola sofrerem um metódico processo de limpeza, até que delas desapareçam

* El espacio de la lectura y la escritura en la educación preescolar. *Rincones de Lectura*. México: Secretaría de Educación Pública, mar. 1994. Tradução de Rodrigo León Contrera.

quaisquer traços de língua escrita. Os espaços destinados a cada criança são identificados por meio de desenhos, para não deixar a criança ver neles escrito o seu nome. Os lápis são usados só para desenhar, mas nunca para escrever. Pode ser que, por descuido, um calendário fique suspenso na parede e que, também por descuido, a professora escreva seus relatórios na frente das crianças em vez de fazê-lo durante o recreio, quase às escondidas. Às vezes, a professora conta histórias, mas nunca lê em voz alta. É proibido ler. É proibido escrever. A escrita que tem o seu lugar no mundo urbano circundante, deixa de tê-lo na sala de aula. Os adultos alfabetizados (incluindo as professoras) abstêm-se cuidadosamente de mostrar às crianças que sabem ler e escrever. Situação bem esquisita: as crianças imaginam que a sua professora sabe ler e escrever, mas nunca a viram fazer isso na sala de aula.

Ao contrário, quando a resposta a essa pergunta é afirmativa, e assim decide-se iniciar o aprendizado da leitura e da escrita antes do primário, vemos a sala de aula da pré-escola assemelhar-se notavelmente à do primeiro ano primário, e a prática docente passa a seguir o modelo das mais tradicionais práticas do primário: exercício de controle motriz e discriminação perceptiva, reconhecimento e cópia de letras, sílabas ou palavras, repetições em coro... e nenhum uso funcional da língua escrita.

A pergunta "deve-se ou não ensinar a ler e a escrever na pré-escola?" está mal colocada porque tanto a resposta negativa como a positiva apoiam-se num pressuposto que ninguém discute: supõe-se que o acesso à língua escrita começa no dia na e na hora em que os adultos decidem. Esta ilusão pedagógica pode acabar se sustentando porque

as crianças aprendem tanto a fazer de conta que nada sabem (embora saibam), como a mostrar diligentemente que aprendem através do método escolhido. Porém, além disso, há outro pressuposto atrás dessa pergunta: as crianças só aprendem quando lhes é ensinado (segundo a forma mais escolar de "ensinar")? Ambos pressupostos são falsos.

As crianças *iniciam* o seu aprendizado de noções matemáticas antes da escola, quando se dedicam a ordenar os objetos mais variados (classificando-os ou colocando-os em série). Iniciam o aprendizado do uso social dos números participando de diversas situações de contagem e das atividades sociais relacionadas aos atos de comprar e vender.

Da mesma forma, *iniciam* o seu aprendizado do sistema de escrita nos mais variados contextos, porque a escrita faz parte da paisagem urbana, e a vida urbana requer continuamente o uso da leitura. As crianças urbanas de 5 anos geralmente já sabem distinguir entre escrever e desenhar; expostas ao complexo conjunto de representações gráficas presentes no seu meio, são capazes de distinguir o que é desenho e o que é "outra coisa". Que chamem de "letras" ou "números" a esse conjunto de formas gráficas que possuem em comum o fato de não serem desenhos, não é o crucial nessa idade. Mais importante é saber que essas formas servem para uma atividade específica que é o ato de ler, e que resultam de uma outra atividade também específica que é o ato de escrever.

A indagação sobre a natureza e função dessas formas começa em contextos reais, nos quais se recebe a mais variada informação (pertinente e pouco pertinente; fácil de compreender ou impossível de assimilar). As crianças trabalham cognitivamente (quer dizer, tentam compreender

der) desde muito cedo informações das mais variadas procedências:

- a) a informação que recebem dos próprios textos, nos contextos em que aparecem (livros e jornais, mas também cartazes da rua, embalagens de brinquedos ou alimentos, roupas, TV etc.);
- b) informação específica destinada a elas mesmas, como quando alguém lhes lê uma história, ou lhes diz que tal ou qual forma é uma letra ou um número, ou lhes escreve seu nome ou responde às suas perguntas;
- c) informação obtida quando participa de atos sociais que envolvam o ato de ler ou de escrever. Este último tipo de informação é o mais pertinente para compreender as funções sociais da escrita. Vejamos alguns exemplos:

- alguém consulta o jornal para saber a hora e o local de algum espetáculo; indiretamente, e sem pretender fazê-lo, está informando a criança a respeito de uma das funções primordiais da escrita no mundo contemporâneo: que a escrita serve para transmitir informação;
- alguém consulta uma agenda para chamar por telefone uma outra pessoa: indiretamente a criança inteira-se de outra das funções essenciais da escrita: que a escrita serve para expandir a memória, e que a leitura permite recuperar uma informação esquecida;
- recebe-se uma carta de um familiar, lê-se e comenta-se; indiretamente, e sem que se pretenda,

informa-se à criança que a escrita permite a comunicação a distância.

Em todas estas situações que exemplificamos, o propósito dos adultos não é o de informar a criança. Mas a criança recebe informação sobre a função social da escrita participando desses atos (inclusive se se limita a observar, pois sua observação pode envolver uma importante atividade cognitiva). É provavelmente através de uma ampla e contínua participação nesse tipo de situações sociais que a criança acaba conseguindo compreender por que a escrita é tão importante na sociedade.

Esse é o tipo de informação que *não* é transmitido no começo da instrução escolar. Esse é o tipo de informação que, de alguma forma, as crianças de 6 anos que tiveram adultos alfabetizados ao seu redor já possuem.

Com base nas investigações realizadas podemos afirmar que nenhuma criança urbana de 6 ou 7 anos de idade começa o primário com total ignorância da língua escrita. A informação recebida (de algumas das fontes mencionadas) deverá ter sido necessariamente elaborada (quer dizer, assimilada) pelas crianças para poder ter sido compreendida. O que elas sabem não é jamais idêntico àquilo que se lhes disse ou àquilo que viram. Somente é possível atribuir ignorância às crianças pré-escolares quando pensamos que o "saber" sobre a língua escrita limita-se ao conhecimento das letras.

A crianças rurais estão em desvantagem em relação às urbanas porque no meio rural tradicional, onde os camponeses trabalham com rudimentares instrumentos de lavoura, terras empobrecidas, a escrita não é tão presente como

no meio urbano. É precisamente no meio rural onde o ensino pré-escolar é mais importante: uma pré-escola que deixe entrar a escrita, não que a proíba.

A tão comentada "prontidão para a lecto-escritura"* depende muito mais das ocasiões sociais de estar em contato com a língua escrita do que de qualquer outro fator que seja invocado. Não tem sentido deixar a criança à margem da língua escrita, "esperando que amadureça". Por outro lado, os tradicionais "exercícios de preparação" não ultrapassam o nível do exercício motriz e perceptivo, quando é o nível cognitivo aquele que está envolvido (e de forma crucial), assim como complexos processos de reconstrução da linguagem oral, convertida em objeto de reflexão.

A pré-escola deveria cumprir a função primordial de permitir às crianças que não tiveram convivência com adultos alfabetizados — ou que, pertencem a meios rurais isolados — obter essa informação básica sobre a qual o ensino cobra um sentido social (e não meramente escolar): a informação que resulta da participação em atos sociais onde o ato de ler e o de escrever têm propósitos explícitos.

A pré-escola deveria permitir a todas as crianças a liberdade de experimentar os sinais escritos, num ambiente rico em escritas diversas, ou seja: escutar alguém lendo em voz alta e ver os adultos escrevendo; tentar escrever (sem estar necessariamente copiando um modelo);¹ tentar ler utilizando

* *Lecto-escritura* em castelhano: leitura-e-escrita (N. do T.).

1. A cópia é apenas um dos procedimentos usados para apropriar-se da escrita, mas não é o único (nem sequer é o mais importante). Aprende-se mais inventando formas e combinações do que copiando; aprende-se mais tentando produzir junto aos outros uma representação adequada para uma ou várias palavras do que fazendo, sozinho, exercícios de copiar listas de palavras ou letras.

do dados contextuais,² assim como reconhecendo semelhanças e diferenças nas séries de letras; brincar com a linguagem para descobrir semelhanças e diferenças sonoras.

Numa sala de pré-escola deve haver coisas para ler. Um ato de leitura é um ato mágico. Alguém pode rir ou chorar enquanto lê em silêncio, e não está louco. Alguém vê formas esquisitas na página, e de sua boca "sai linguagem": uma linguagem que não é a de todos os dias, uma linguagem que tem outras palavras e que se organiza de uma outra forma.

Dizemos que não se deve manter as crianças assepticamente distantes da língua escrita. Mas tampouco trata-se de ensinar-lhes o modo de sonorizar as letras, nem de introduzir os exercícios de escrita mecânica e a repetição em coro na sala da pré-escola.

Em vez de nos perguntarmos se "devemos ou não devemos ensinar", temos de nos preocupar em DAR ÀS CRIANÇAS OCASIÕES DE APRENDER. A língua escrita é muito mais que um conjunto de formas gráficas. É um modo de a língua existir, é um objeto social, é parte de nosso patrimônio cultural.

2. Por "dados contextuais" entendemos o seguinte: os símbolos escritos que estão no mundo circundante não estão "no vazio", mas em certo tipo de superfícies (uma embalagem de alimento, um jornal, um livro, um cartão, um calendário, um caderno etc.). Saber "onde está a mensagem escrita" ajuda a antecipar o que pode estar dito nesse texto. Por exemplo, se sabemos que o que temos nas mãos é um livro de histórias infantis, e temos bastante experiência com elas, podemos antecipar que, provavelmente, o livro começará com "Era um vez", "Há muito tempo" ou expressões similares. Ao contrário, se sabemos que o que temos nas mãos é uma carta, sabemos também que *não vai começar desse jeito*. O uso dos "dados contextuais" é uma atividade inteligente, não é "pura adivinhação". É o mesmo que faz um adulto quando se encontra numa cidade estrangeira e não conhece a língua que ali se fala: usa a sua experiência prévia e supõe que o letrado de uma farmácia "diz farmácia", que as placas nas esquinas "dizem o nome, da rua", e assim por diante.